

A última rodada da Basileia?

Após longas e por vezes dolorosas e estressantes negociações que puseram à prova até o limite as relações pessoais entre dirigentes de bancos centrais de muitos países e agências regulamentadoras, em dezembro a Comissão de Basileia botou um ovo há muito esperado. Descrito como um pacote que conclui as reformas pós 2008 no regime debate mundial de capital bancário, ele põe fim ao processo conhecido como Basileia 3.

Os banqueiros denominaram o resultado como "Basileia 4", argumentando que o pacote final contém muitos requisitos novos e mais exigentes. Mas a Comissão insiste em que as novas regras devem ser consideradas como parte integrante do programa de reformas iniciado em 2009 na sequência da crise financeira global. Basileia 4 poderá vir, um dia, mas ainda não se trata disso, insistem eles.

Que problema o novo pacote procura resolver? Em seu preâmbulo, as instituições fiscalizadoras referem-se a "um grau preocupante de variabilidade de ativos ponderados por risco nos cálculos dos bancos". Eles descobriram que a aplicação de diferentes modelos internos pelos principais bancos a uma mesma carteira de empréstimos pode produzir números muito distintos, o que significa que alguns bancos manteriam significativamente menos capital do que outros pelo mesmo volume de riscos assumido.

A resposta lógica a esse problema, poderíamos pensar, seria examinar detidamente os modelos, detectar o que está gerando as diferenças e exigir mudanças de calibração nos casos em que as resultantes reduções de ativos fossem consideradas excessivas.

Mas as agências competentes evidentemente duvidam de sua capacidade de penetrar nos compartimentos nebulosos dos modelos internos dos bancos; então, eles impuseram um chamado "piso de resultados". Em outras palavras, por mais que seu modelo reduza os ativos ponderados por risco, não seria possível aceitar crédito por comissões superiores a 27,5%.

O "piso de resultados" é expresso como um número líquido, 72,5%, abaixo do qual é proibido ir. Por que o número excepcionalmente preciso de 72,5%? A resposta é óbvia. Está a meio caminho entre 75%, que foi a última proposta americana, e 70%, que foi a proposta francesa. Eles concordaram em dividir a diferença.

Embora isso possa não fazer sentido, até mesmo os bancos afetados chegaram à opinião de que algum tipo de acordo seria melhor que nenhum. A persistente incerteza tornou muito difícil o planejamento de capital. Por isso, os banqueiros preferiram um acordo e se conformarão com o resultado, caso seja genuinamente o fim do programa.

Infelizmente, é improvável que esse novo acordo represente o fim do debate sobre [as exigências de] capital. Embora altos dirigentes de bancos centrais, como Mark Carney, presidente do Banco da Inglaterra e do Conselho de Estabilidade Financeira, acreditem existir agora capital suficiente no sistema bancário, muitos não compartilham essa visão. É improvável que esse novo acordo represente o fim do debate sobre as exigências de capital.

Anat Admati, de Stanford, preferiria percentuais de capital bem acima de 20%. Martin Wolf, do *Financial Times*, argumenta o mesmo. Ele julga que os bancos ainda estão perigosamente instáveis. Andy Haldane, do Banco da Inglaterra, ressalta que, em vista das baixas cotações das ações dos bancos, em base ajustada ao mercado, os bancos não estão tão saudáveis quanto parecem.

A última rodada da Basileia?

Os banqueiros, em contrapartida, apontam para o alto custo de capital e argumentam que forçar os bancos elevar ainda mais seu capital elevará ainda mais aumentará o custo e reduzirá a disponibilidade de crédito. Na Europa, cerca de metade da melhoria nas razões de capital veio da redução de empréstimos, e não de aumentos de capital próprio. Há escasso consenso entre os dois campos.

Assim, foi um alívio nos depararmos com o livro "*The Right Balance for Banks*" (o ponto de equilíbrio ideal para os bancos), de William Cline, que tenta produzir uma justificativa racional para o nível apropriado de capital bancário. Com base em uma ampla gama de pesquisas e análises de mercado, Cline argumenta que exigir dos bancos que mantenham mais capital realmente eleva o custo do crédito, até certo ponto. Embora haja alguma evidência de que as dívidas bancárias sejam mais baratas se o respaldo de capital acionário for elevado, o que seria de esperar, a redução não é de um para um. E um aumento no custo do crédito provavelmente diminuiria o crescimento e geraria perdas de bem-estar.

Por outro lado, bancos mais capitalizados reduziram a incidência de colapsos bancários, que impõem altos custos à economia e às pessoas. Reduzir o número e a severidade das crises é, evidentemente, desejável. Assim, Cline tenta calcular onde pode estar o equilíbrio ideal, reconhecendo que reduzir a zero o risco de colapsos bancários pode gerar custos irracionalmente elevados. A conclusão de Cline é que "a taxa ótima de capital é de 7% a 8% do total de ativos, correspondendo a 12% a 14% dos ativos ponderados por risco (usando a relação entre ativos ponderados por risco e ativos totais na zona do euro e no sistema bancário americano)".

Esses números são, de fato, bastante próximos dos números determinados pelas novas exigências de Basileia implementadas pelas agências competentes nacionais. A maioria dos bancos britânicos, por exemplo, está agora focando uma meta em 13%, e tipicamente vão um pouco além "para dar sorte".

A abordagem de Cline é intuitivamente atraente. Ele reconhece que a proporção poderia, razoavelmente, ser um pouco maior nos casos de bancos com importância sistêmica, aqueles famosamente apelidados de "grandes demais para falir". Será que o empenho de Will Cline põe fim ao debate? Eu duvido. Mesmo agora, ouço gente reclamando e vejo modelos estatísticos sendo recalculados. E ainda não há votos no sentido de reduzir a pressão sobre os grandes bancos. Os dirigentes de bancos centrais terão que manter-se calmos e firmes, e os próprios dirigentes de bancos precisarão comportar-se bem, ou um verdadeiro Basileia 4 poderá surgir às margens do Reno.

Howard Davies é presidente do *Royal Bank of Scotland*. Copyright: *Project Syndicate*, 2017. Valor Econômico 22/12/2017.



Assessoria Econômica

Av. Paulista, 949 – 6º andar – Bela Vista
CEP: 01311-100 – São Paulo – SP

Telefone: (5511) 3288-1688 | Fax: (5511) 3288-3390

[**assessoriaeconomica@abbc.org.br**](mailto:assessoriaeconomica@abbc.org.br)